



Pl  
Cst

**Reunião Ordinária** – Ata nº 02/2014**Data** – 2014-01-28**Início** – 09.30 horas**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo** – 11.18 horas**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque
<b>Vereadores</b>	João Carlos Caseiro Gomes Celeste Maria Ferreira Riachos Gomes Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis Luis Filipe Correia Dias Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço (em substituição)

**Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos

**Falta justificada:** Não esteve presente o vereador Avelino Manuel Conceição Manana por motivos pessoais.



Resumo Diário da Tesouraria de 27-01-2014:

a) Dotações Orçamentais .....	€6.626.532,11
b) Dotações não Orçamentais .....	€157.949,18
Total das Disponibilidades .....	€6.784.481,29



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.

Q1  
Cot

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

(nº 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Esteve presente o munícipe Amílcar do Rosário Fernandes, para obter esclarecimentos relativamente ao andamento do processo decorrente de reclamação que apresentou pela construção de um barracão numa propriedade contígua à sua, na Rua dos Oleiros, no lugar de Chainça, por parte de Joel Pedro Vilelas da Silva. – 79929; 101535

A Presidente da Câmara e o vereador João Gomes esclareceram o munícipe sobre o ponto de situação do processo, referindo que foi concedida, a pedido do reclamado, a prorrogação do prazo para demolição da construção por mais 60 dias úteis, sendo esta a última prorrogação possível.



Em seguida, o mesmo munícipe referiu-se ao estado em que se encontra a estrada de terra batida de acesso à sua propriedade na Rua dos Oleiros.

A Presidente referiu que, nesta altura do ano, com as chuvas, existem muitas ruas não asfaltadas a necessitarem de intervenção e que não é possível, aos serviços, chegar a todas elas no tempo desejado. Contudo, serão feitos os possíveis para resolver todas as situações.



A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

Foi aprovada, com a abstenção da vereadora Ricardina Dias Pires Fernandes Lourenço, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



## **INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA**

(artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

### **PRESIDENTE DA CÂMARA**

A Presidente da Câmara começou por dar conhecimento do convite que lhe foi endereçado pela empresa local Sofalca para a apresentação de uma marca exclusivamente dedicada à produção de mobiliário de design contemporâneo "BlackCork", na feira Maison & Objet, em Paris, dando a empresa um novo passo na diversificação de mercados.

Q1  
G

A Presidente da Câmara deu conhecimento que foram iniciadas obras no Tecnopolo do Vale do Tejo, que decorrem dentro da normalidade, tendo já sido demolido um muro que separava o espaço do tecnopolo e a Rua José Dias Simão, que já permite uma melhor visibilidade daquele espaço.

Espera-se que, a todo momento, se iniciem as obras de instalação dos laboratórios, também no tecnopolo. - 154884



Em seguida fez algumas referências ao ponto de situação de algumas obras.

- Informou que já tiveram início as obras de asfaltamento da via industrial – acesso da EN 118 à empresa Mitshubishi – no Tramagal, uma empreitada no valor de 148.135,25€, que resulta também de um compromisso assumido pela autarquia no sentido de criar melhores condições de acesso à empresa, face aos investimentos que esta tem em curso.
- Disse também que é expectável que se iniciem em breve as obras de requalificação da estrada entre Bemposta e Vale das Mós.
- Quanto ao pontão sobre a ribeira de Rio de Moinhos, disse que estão finalmente reunidas todas as condições para avançar com a empreitada, já que já foram obtidas todas as necessárias autorizações das entidades que tutelam o domínio hídrico.
- Estão a ser preparados procedimentos para pavimentação da Avenida 25 de Abril, da Avenida Dr. Santana Maia e da Rua António Silva.
- Referiu-se ainda a obras já concluídas ou em fase de conclusão, que são resultado de um esforço grande da autarquia para manutenção da rede viária e da melhoria da qualidade de vida das populações.
- Enumerou ainda outras obras de pavimentação, estabelecidas como prioritárias, já que não é possível avançar no imediato com todas as obras pretendidas, uma vez que o concelho é muito extenso.



Deu conta das diversas diligências relativamente à falta de médicos de família no Médio Tejo e no concelho de Abrantes. Disse que, no passado dia 15 de janeiro, na qualidade de Presidente do Conselho da Comunidade do ACES, esteve presente numa reunião na qual foi referido que 40% da população do concelho de Abrantes não tem médico de família e onde foi abordada a dificuldade em atrair médicos para o Médio Tejo.

Disse que a autarquia já propôs à ARSLVT, em maio de 2013, a celebração de um protocolo, que aliás consta hoje novamente da ordem de trabalhos, no sentido de se criarem incentivos financeiros aos médicos para a constituição de unidades de saúde familiar (USF), mas que

*Ata da reunião de 28 de janeiro de 2014*

Q1  
OK

ainda não obteve a aprovação da ARS, já que, segundo esta, está a criar-se uma situação de desigualdade, na medida em que outros municípios não podem apresentar a mesma proposta aos médicos.

Nessa reunião foi proposta a criação de novas Unidades de Saúde Familiar (USF) e a elaboração de uma Carta de Saúde do Médio Tejo.

A Presidente da Câmara sugeriu assim, o envio de missiva a manifestar ao Ministério da Saúde a preocupação por não haver sequer uma resposta relativamente à celebração de protocolo com vista ao incentivo financeiro aos médicos.

□□

Sobre a mesma matéria, deu conhecimento de um e-mail enviado pela Farmácia Batista Rei, em Carvalhal, que reencaminha, para conhecimento, um e-mail enviado à Diretora da ACES Médio Tejo, manifestando preocupação pelo facto da extensão de saúde de Carvalhal se encontrar sem médico por tempo indeterminado, de acordo com a informação afixada na vitrina das respetivas instalações. Solicita que a Câmara Municipal interceda, na medida do possível, junto dos organismos competentes para a resolução célere do problema apresentado. – 154088

□□

Ainda sobre a questão das USF deu conhecimento que, passados vários meses, a ARSLVT homologou os protocolos já assinados tendo em vista as intervenções a levar a cabo em Abrantes, Rossio ao Sul do Tejo e Carvalhal para a implementação de USF. – 154511

□□

Depois disse que, no dia 17 de janeiro, esteve presente numa reunião entre os presidentes de câmara do Médio Tejo e o conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT), na qual foi abordado o facto de serem atendidos muitos doentes nas urgências que deveriam recorrer aos cuidados primários. Contudo, uma grande percentagem da população não tem médico de família e, por isso, sente-se obrigada a recorrer às urgências hospitalares. Foi reiterada, mais uma vez, nessa reunião a necessidade de criação de uma unidade de saúde local e da articulação dos cuidados de saúde primários, hospitalares e continuados, que, por si só, não resolve esta questão, mas que é determinante no processo de resolução.

Nessa reunião foi novamente manifestada a satisfação e interesse na criação de uma unidade de hemodinâmica no Hospital de Torres Novas que virá colmatar uma lacuna nesta região e que será um fator diferenciador, permitindo uma maior afirmação deste centro hospitalar.

Foi ainda abordada a diminuição do número de partos realizados no Médio Tejo, particularmente na maternidade que funciona no Hospital de Abrantes, em 12% no último ano, que corresponde também à média nacional. Há, contudo, uma tendência das parturientes para a escolha de outros hospitais, públicos e privados, motivadas, muitas vezes, pelos médicos que as acompanham, situação esta que também preocupa e que deve ser de alguma forma corrigida.

01  
C

Em seguida, e também no âmbito das iniciativas da CIMT, a Presidente da Câmara informou que teve recentemente uma reunião com a Rodoviária do Tejo, no sentido de ser alargado o projeto de transporte a pedido, que numa fase piloto, e até agora, abrange apenas o concelho do Mação, para os concelhos de Abrantes e de Sardoal.

□□

Esteve também numa reunião com o novo Comandante Distrital de Operações e Socorro (CDOS) de Santarém, que foi recentemente empossado, para apresentação dos problemas e fragilidades que se encontram no terreno, para que todos possam trabalhar na obtenção de um bom desempenho em matéria de Proteção Civil.

□□

Deu conta de uma carta remetida ao Ministro do Emprego e Segurança Social, na qual manifestou a sua preocupação de estarem concluídos dois lares de idosos (Pego e Abrantes), financiados no âmbito do POPH, e ainda não terem sido celebrados os acordos de cooperação, necessários para o início da sua atividade.

□□

Informou que, atendendo à discussão e ao acompanhamento do processo de organização e funcionamento dos Tribunais Judiciais, por parte da Câmara Municipal e da Delegação da Ordem dos Advogados de Abrantes, foi reiterado o pedido apresentado à Ministra da Justiça para uma audiência com caráter de urgência, ao qual ainda não houve resposta. - 154002

□□

Referiu também que foi reiterado o pedido dirigido ao Ministro da Economia solicitando uma reunião sobre o IC9 e a ponte rodoviária, a construir na zona de Tramagal, para acesso ao sul do concelho, sobre a qual ainda aguarda resposta.

□□

Deu conta que foi pedida informação ao Ministro da Defesa acerca do novo dispositivo a instalar no quartel onde funcionou a Escola Prática de Cavalaria, em Abrantes. Foi recebida, através do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa, a informação de que se mantém atual o esclarecimento prestado em 26 de abril de 2013, ou seja, que o processo de implementação desta unidade polivalente de apoio à proteção civil e emergência no quartel de Abrantes será desenvolvido na sequência da aprovação do sistema das forças nacionais e do dispositivo de forças, o que ainda não se verificou. - 153913

□□

Informou que, no dia 16 de janeiro, reuniu com o Secretário de Estado do Emprego, Octávio Oliveira, no sentido de solicitar que seja tomada em boa atenção a necessidade de intervenção rápida no espaço do IEFP, dentro do tecnopolo, no sentido de se melhorarem as condições.

*Ata da reunião de 28 de janeiro de 2014*

21-  
A

A Presidente da Câmara deu conhecimento que na próxima quinta-feira, dia 30 de janeiro, será assinado em Abrantes, no Salão Nobre da Câmara Municipal, o contrato entre a EP – Estradas de Portugal, EP e a empresa responsável pela execução das obras de reabilitação da ponte sobre o Tejo que liga Abrantes a Rossio ao Sul do Tejo.

Disse ainda não ser conhecida a data de início das referidas obras de intervenção, pois o processo carece ainda de visto do Tribunal de Contas, mas os trabalhos se irão prolongar por 18 meses, período durante o qual só estará em funcionamento uma faixa de rodagem para circulação dos veículos.

No sentido de procurar minimizar os constrangimentos dos utilizadores da ponte, a autarquia está a preparar um conjunto de iniciativas, que poderão passar pela disponibilização de um posto de atendimento no Rossio e pela celebração de pareceria com a Rodoviária do Tejo para disponibilizar transporte para a cidade nas Barreiras do Tejo, permitindo que os automobilistas deixem as suas viaturas na margem sul e atravessem a pé a ponte.



Deu conta de um e-mail do ACES Médio Tejo agradecendo a colaboração da Câmara Municipal na cedência do auditório da Biblioteca Municipal para a realização da reunião de serviço, no dia 15 de Janeiro de 2014, e cuja proposta de dispensa do pagamento consta da ordem de trabalhos da presente reunião. - 154706



Deu também conhecimento de um e-mail da Juventude Mariana Vicentina de Alferrarede agradecendo o apoio e colaboração da Câmara Municipal que permitiram a realização do Encontro Regional Sul da Juventude Mariana Vicentina, no dia passado 17 de novembro, e que contou com a presença de cerca de 170 jovens de toda a região sul. – 144737



Por último referiu-se à realização da Feira de São Matias de 2014, informando que a autarquia se viu obrigada a alterar o local da sua realização que, este ano, estava previsto para o Barro Vermelho em Abrantes. Esta alteração deve-se aos custos estimados com a infraestruturação do espaço, que ascenderiam a cerca de 100 mil euros, sendo este investimento exclusivamente para o evento. Assim, foi solicitado ao empreiteiro responsável pela obra no Tecnopolo do Vale do Tejo a disponibilização de algum espaço no local para a realização da Feira de São Matias, sem trazer, contudo, atrasos significativos na obra.

Referiu que a configuração da feira este ano é diferente do habitual, ficando mais pequena, mas também cada vez existem menos vendedores interessados em participar.

Q1  
C

## **VEREADORA RICARDINA LOURENÇO**

A vereadora Ricardina Lourenço apresentou a seguinte proposta relacionada com o ponto 07 da ordem de trabalhos da presente reunião de câmara: - 151762

*"A CDU congratula-se com a atenção dada a nossa proposta, feita na reunião de 27 de Dezembro e pela decisão tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes (SMA).*

*No entanto, dada a longa distancia que separa as instalações dos SMA e a freguesia de Mouriscas propomos que os pedidos de ligação e a sua cobrança possam ser efetuados, através de um funcionário dos SMA, nas instalações da referida Junta de Freguesia.*

*Esta proposta tem como objetivo reduzir os encargos dos munícipes com as deslocações aos SMA, dado que grande parte da população em causa é idosa e com fracos recursos.*

*Cabe aqui também propor a dilatação do tempo para o pedido de ligação a rede, sem coimas, até ao verão, uma vez que só agora no fim de Janeiro, coincidindo com o final do prazo dado, a população vai tomar conhecimento das alterações a forma de pagamento. Esta proposta tem também em conta o facto de algumas pessoas não residirem em permanência na freguesia, podendo por esse facto, não terem tomado conhecimento atempadamente."*

A Presidente da Câmara esclareceu que o proposto pode ser executado pela Junta de Freguesia, através da recolha dos pedidos e entrega dos mesmos nos SMA – Serviços Municipalizados de Abrantes, à semelhança do que já sucedeu com situações idênticas noutras localidades, até por iniciativa da própria junta. Pode agora o procedimento ser melhor articulado com a Presidente da Junta de Freguesia, por forma a evitar as deslocações dos requentes aos SMA.

Ainda sobre esta questão, esclareceu que os SMA deliberaram não só como consequência do proposto pela CDU, mas também na sequência de um trabalho que têm vindo a fazer de acompanhamento deste processo - até porque o mesmo já se sucedeu noutras localidades.

Uma vez que o proposto pode ser resolvido sem deliberação, foi considerado não ser necessário o agendamento da proposta para discussão.



## **VEREADORA ELZA VITÓRIO**

A vereadora Elza Vitório deu conhecimento que no passado dia 25 de janeiro foi eleita a nova Comissão Política do Partido Social Democrata (PSD) em Abrantes, sendo esta presidida por Rui Santos.

*Li*  
*Fl*

## ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

**Nº 01 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou um ofício do Agrupamento de Escolas Nº 2 de Abrantes, a agradecer o apoio prestado pela Câmara Municipal na organização dos concertos pedagógicos pela Banda Sinfónica do Exército, levado a efeito no passado de 16 de dezembro de 2013, no auditório da Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes. – 152603

**Tomado conhecimento.**



**Nº 02 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou o parecer obrigatório, não vinculativo do Conselho Municipal da Juventude, relativo às Opções do Plano e Orçamento 2014 do Município de Abrantes. – 152083

**Tomado conhecimento.**



**Nº 03 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** remete o ofício do Exército Português – 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado, que dá conta da realização de exercícios de fogos reais de Metralhadora Pesada Browning 12,7 mm, no polígono de tiro do Campo Militar de Santa Margarida, em 28 de fevereiro de 2014, das 08h00 às 13h00. – 154291

**Tomado conhecimento.**



**Nº 04 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, proposta de parecer, relativo ao Anteprojeto de Decreto-Lei do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, no âmbito do processo de Reforma do Mapa Judiciário, incluindo o anexo, com proposta de reorganização. – 154060

**Deliberação:** Por maioria, com o voto contra da vereadora eleita pelo PSD, Elza Vitório, aprovada a referida proposta de parecer, relativo ao Anteprojeto de Decreto-Lei do Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, no âmbito do processo de Reforma do Mapa Judiciário, assim como anexo com proposta de reorganização.

A vereadora Ricardina Lourenço apresentou a seguinte declaração de voto:

*"Votamos favoravelmente o parecer contido neste pedido de deliberação, por entendermos que, no fundamental, mantém a situação atual, o que para nós é base de partida para posteriores melhoramentos em termos de justiça."*



*A CDU reafirma a sua rejeição no que respeita ao anteprojeto do Decreto-lei, sobre a Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais dado que esta nova organização afasta mais a justiça dos cidadãos.*

*A CDU está contra qualquer ataque que vise reduzir o acesso dos cidadãos à justiça já que qualquer proposta de reorganização deverá ter sempre como objetivo melhorar e facilitar o acesso aos serviços judiciais."*

A vereadora Elza Vitório votou contra a proposta apresentada por entender que a mesma não coincide exatamente com o proposto pelo grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal extraordinária de 10 de janeiro de 2014, com a qual se identifica, ainda que esta proposta não chegasse a ser votada, face à proposta de constituição de uma Comissão de Acompanhamento.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 05 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo novamente à aprovação, na sequência de alterações legislativas, a minuta do protocolo a celebrar entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT), o Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo (ACES do Médio Tejo) e o Município de Abrantes, em ordem à criação efetiva de Unidade de Saúde Familiar em Abrantes, aprovado por deliberação de câmara de 15 de abril de 2013, bem como o Regulamento de Atribuição de Incentivos Financeiros a Médicos, aprovado na sequência deste protocolo, por deliberação de câmara de 15 de abril de 2013 e da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2013. – 117447

**Deliberação:** Por maioria, com o voto contra da vereadora eleita pela CDU, Ricardina Lourenço, aprovada a referida minuta de protocolo a celebrar entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT), o Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo (ACES do Médio Tejo) e o Município de Abrantes, em ordem à criação efetiva de Unidade de Saúde Familiar em Abrantes, e o Regulamento de Atribuição de Incentivos Financeiros a Médicos, remetendo-se este último à aprovação da Assembleia Municipal.

A vereadora Ricardina Lourenço apresentou a seguinte declaração de voto:

*"Votamos contra esta proposta de deliberação porque a CDU entende que cabe ao Ministério da Saúde resolver as situações de carências de cuidados de saúde, cumprindo os objetivos que estão na Constituição da República e na lei do Serviço Nacional de Saúde (SNS), ou seja, fazer chegar cuidados de saúde de qualidade a todos os cidadãos. Os abrantinos já tanto contribuem para o Orçamento Geral do Estado pelo que é uma grande injustiça fazer recair custos sobre os mesmos não só da construção do Centro de Saúde de Abrantes como também a atribuição de incentivos de fixação de profissionais de saúde.*

*A CDU, mais uma vez, reitera que a construção do edifício do Centro de Saúde de Abrantes e as condições de fixação de profissionais de saúde não são da competência camararia."*

21  
C

**Nº06 - Proposta de Deliberação do vereador da Manuel Jorge Valamatos**, na sequência do pedido da Junta de Freguesia de Tramagal, a solicitar apoio para o corte de dois cedros no cemitério daquela freguesia, dado o porte que apresentam e a perigosidade associada que podem causar no cemitério e seus utilizadores - 154985

**Deliberação:** Por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a concessão de apoio solicitado pela Junta de Freguesia de Tramagal, por competir a este órgão deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



**Nº 07 - Proposta de Deliberação da vereadora da CDU, Ricardina Lourenço**, apresentada na reunião de câmara do dia 27 de dezembro de 2013, relativamente aos valores a pagar pelas ligações de água e saneamento, em Mouriscas, propondo: - 151762

*"Que os valores estabelecidos possam ser pagos num período mínimo de 6 meses. Esta proposta baseia-se no facto, de muitos proprietários terem rendimentos baixos. Para além desta condicionante, que deve ser tida em conta, acresce o facto de muitos proprietários necessitarem de fazer obras, também dispendiosas, como abertura de valas para colocação de manilhas condutoras às respetivas caixas de receção".*

Em anexo, ofício dos Serviços Municipalizados de Abrantes, remetendo deliberação aprovada por unanimidade, do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, de 21 de janeiro de 2014, relativamente ao pagamento em prestações de ramais de saneamento de águas residuais.

**Tomado conhecimento.**

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **Divisão Administrativa e de Modernização**

**Nº 08 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação, minuta do contrato da empreitada de "Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes", a celebrar entre o Município de Abrantes e a CIP - Construção, S.A., no valor de 1.048.918,40€ (um milhão quarenta e oito mil novecentos e dezoito euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 128972

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a referida minuta de contrato, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

21  
C

**Nº 09 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, que remete para aprovação o ofício nº 70 da Assembleia Municipal de Abrantes, datado de 06 de dezembro de 2013, que solicita a afetação dos funcionários do Município para constituição do núcleo de apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal no mandato de 2013-2017, Maria Lucília de Oliveira Pereira para apoio administrativo, Carlos Manuel Azevedo Gonçalves, que irá funcionar com o equipamento de som, e Maria Manuela Marques dos Santos Marques, Assistente Técnica, em exclusividade no serviço administrativo da assembleia municipal, solicita ainda a designação de um Jurista. – 149404

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a afetação dos referidos funcionários do Município para constituição do núcleo de apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal no mandato de 2013-2017, assim como do Jurista, José da Conceição Bento Pedro.



**Nº 10 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 20 de janeiro de 2014, acerca do pedido da Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, a solicitar autorização para a realização de peditório com vista à angariação de fundos, assim como a ocupação de espaço público com isenção do pagamento de taxas, para instalação de uma banca de publicidade destinada à venda de brindes, entre os dias 10 a 13 de fevereiro de 2014, em Abrantes - 144602

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a realização do referido peditório, bem como a ocupação de espaço público, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 5,44€ (cinco euros e quarenta e quatro cêntimos).

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



## **Divisão Financeira**

**Nº 11 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara**, apresentou a listagem de processos de despesa realizadas em novembro de 2013, ao abrigo do parecer genérico para 2013 aprovado em reunião da Câmara Municipal de 4 de fevereiro de 2013, para cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 4º da Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio à contratação previsto na LOE (Lei do Orçamento de Estado) 2013. – 144869

**Tomado conhecimento.**

li  
Ch

**Nº 12 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou a listagem de processos de despesa realizadas em dezembro de 2013, ao abrigo do parecer genérico para 2013 aprovado em reunião da Câmara Municipal de 4 de fevereiro de 2013, para cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 4º da Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio à contratação previsto na LOE (Lei do Orçamento de Estado) 2013. – 148869

**Tomado conhecimento.**



**Nº 13- Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, parecer prévio genérico, que salvasse as situações previstas nos nºs 1 e 2 do artigo 4º da portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro, relativamente ao ano de 2014. – 155021

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o referido parecer prévio genérico.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



**Nº 14 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou a listagem dos procedimentos abertos em setembro e outubro de 2013, ao abrigo da Autorização Prévia no âmbito da LCPA – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Assembleia Municipal em simultâneo com as GOP – Grandes Opções do Plano para 2014, em sessão do dia 14 de dezembro de 2012. - 139029

**Tomado conhecimento** e submeter à Assembleia Municipal para conhecimento.



**Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, proposta de renovação do contrato de "Prestação de Serviços na área de Seguros (contrato nº 05/2012), pelo prazo de mais um ano, com Fidelidade, Companhia de Seguros, S.A. – 47730

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a renovação do contrato de "Prestação de Serviços na área de Seguros (contrato nº 05/2012), por mais um ano.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 21 de janeiro de 2014, remetendo para aprovação, o montante de 5.418,00€ (cinco mil quatrocentos e dezoito euros), inerente à execução do Acordo de Parceria celebrado com o CRIA – Centro de Recuperação e Integração de Abrantes,

*Ata da reunião de 28 de janeiro de 2014*

*[Handwritten signature]*

no âmbito do Programa de Intervenção Precoce na Infância, com vista a assegurar consultas de Terapia Ocupacional, da Fala ou Fisioterapia a crianças necessitadas. – 86081

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o montante de 5.418,00€ (cinco mil quatrocentos e dezoito euros), inerente à execução do Acordo de Parceria celebrado com o CRIA – Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



**Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 21 de janeiro de 2014, referindo que, para cumprimento do protocolado com o Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes e na sequência da deliberação de 4 de junho de 2012, remete para aprovação, autorização da despesa, no montante de 135.000,00€ (cento e trinta e cinco mil euros) para transferências a efetuar no ano 2014, (cerca de 3% das remunerações dos colaboradores e aposentados do município que sejam sócios da referida entidade).

Mais informa que a referida taxa será aplicada mensalmente ao montante das remunerações dos colaboradores e aposentados associados e será esse o montante a transferir. - 154851

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a transferência do montante de 135.000,00€ (cento e trinta e cinco mil euros) para o Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Divisão Financeira, datada de 21 de janeiro de 2014, que remete para aprovação, o parecer prévio vinculativo, bem como a assunção de compromisso plurianual relativo à "Aquisição de Serviços na área de Serviço Social para apoio e acompanhamento de processos em desenvolvimento no Serviço de Ação Social do Município de Abrantes", pelo prazo de um ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos, condicionada à aprovação pela AM da "Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso para 2014". - 154251

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o referido parecer prévio, bem como a assunção de compromisso plurianual relativo à Aquisição de Serviços na área de Serviço Social para apoio e acompanhamento de processos em desenvolvimento no Serviço de Ação Social do Município de Abrantes", nos termos da referida informação da Divisão Financeira.

li  
o

**Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Divisão Financeira, datada de 21 de janeiro de 2014, que remete para aprovação, o parecer prévio vinculativo, bem como a assunção de compromisso plurianual relativo à "Aquisição de serviços de contabilidade e administração autárquica - 2014", pelo prazo de um ano, renovável por iguais períodos até ao limite legal de 3 anos, condicionada à aprovação pela AM da "Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso para 2014". - 154111

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o referido parecer prévio, bem como a assunção de compromisso plurianual relativo à "Aquisição de serviços de contabilidade e administração autárquica - 2014", nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Divisão Financeira, datada de 20 de janeiro de 2014, que remete para aprovação, o montante estimado em 460.000,00€ (quatrocentos e sessenta mil euros), para despesa a realizar com o fornecimento de água para o ano 2014. - 154187

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o montante de 460.000,00€ (quatrocentos e sessenta mil euros), para despesa a realizar com o fornecimento de água para o ano 2014, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Divisão Financeira, datada de 20 de janeiro de 2014, que remete para aprovação, o montante estimado em 200.000,00€ (duzentos mil euros), para despesa a realizar com o fornecimento de energia pela EDP Universal (Edifícios Municipais) para 2014. - 154179

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o montante de 200.000,00€ (duzentos mil euros), para despesa a realizar com o fornecimento de energia pela EDP Universal (Edifícios Municipais) para 2014, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Divisão Financeira, datada de 20 de janeiro de 2014, que remete para aprovação, o montante estimado em 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros), para despesa a realizar com iluminação pública para o ano 2014. - 154138

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o montante de 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros), para despesa a realizar com iluminação pública para o ano de 2014, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.

21  
CSP

**Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remete para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 20 de janeiro de 2014, que aprovou a minuta de parecer para aquisição de serviços inerentes à programação cultural para o mês de janeiro, nomeadamente, para: aquisição de serviços para realização de Baile Sénior — 250,00€+IVA; aquisição do espetáculo musica/humor "Loop" — 3.044,25€ + IVA; aquisição de serviços de alojamento — 260,00€ + IVA e direitos de autor — 500,00€, perfazendo um total de 4.467,30€ (quatro mil quinhentos e sessenta e sete euros e trinta centimos), com IVA incluído. Mais aprovou a abertura de procedimentos por Ajuste Direto Simplificado nos termos da al. a) do nº1 do artº 20º do CCP, conjugado com os artº 128º e 129º do mesmo diploma legal, bem como a consulta às entidades, respetivamente: Catarino & Mateus, Lda., UAU 3 Teatro, Lda., Segredos de Aldeia, Sociedade Turística Lda. e Sociedade Portuguesa de Autores, as quais cumprem o disposto nos nºs 2 e 5 do artº 113º do CCP - 153562

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificado o referido despacho da Presidente da Câmara.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 8 de janeiro de 2014, que aprovou a inclusão do saldo transitado do ano de 2013, nos termos da al. a) do nº 3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, no montante de 5.680.262,8€ (incluindo aplicação financeira de 2.000.000,00€). - 152347

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificado o referido despacho da Presidente da Câmara.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

## **DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL**

### **Divisão de Cultura e Turismo**

**Nº 25 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias,** remetendo para aprovação, o pedido do Agrupamento de Escuteiros 242 de Paço de Arcos, a solicitar a cedência gratuita do

li  
at

espaço do castelo de Abrantes, com acesso às casas de banho e a ponto de luz e água, para realização de acantonamento entre os dias 12 e 15 de Abril de 2014.

O grupo de jovens é constituído por 80 elementos, dos 6 aos 22 anos e o alojamento será feito em tendas a montar na parte sul do espaço intra-muralhas. - 154087

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a dispensa gratuita do espaço do castelo de Abrantes, nos termos solicitados, tendo em conta a dimensão do evento, assim como a participação de dezenas de crianças e jovens.

À Divisão de Cultura e Turismo para os devidos efeitos.



### **Divisão de Desporto e Juventude**

**Nº 26 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias**, remetendo para aprovação, a isenção do pagamento de taxas, à Federação de Triatlo de Portugal, pela utilização do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes, no âmbito da realização da Festa do Triatlo no passado dia 11 de janeiro de 2014, que distinguiu os campeões nacionais da modalidade da época de 2013. - 152014

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 193,64€ (cento e noventa e três euros e sessenta e quatro cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



**Nº 27 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias**, remetendo para aprovação, a isenção do pagamento de taxas, à Associação de Futebol de Santarém, pela utilização da pista de atletismo, balneários e sala do 1º andar do Estádio Municipal de Abrantes, para realização das provas intercalares dos Árbitros de Futsal, no passado dia 25 de janeiro de 2014. - 154422

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 56,90€ (cinquenta e seis euros e noventa cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



### **Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo**

**Nº 28 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias**, na sequência de uma informação da Subunidade Orgânica de Bibliotecas, datada de 10 de janeiro de 2014, remete para aprovação, a isenção do pagamento de taxas, pela utilização da sala polivalente da Biblioteca Municipal António Botto, no dia 14 de janeiro de 2014, por parte da Cres.Ser –



Al  
GSP

Associação de Desenvolvimento Pessoal e Comunitário, no âmbito da realização da Tomada de Posse dos novos corpos sociais da associação. - 152946

**Deliberação:** Por unanimidade, considerando o cariz excecional da sessão e a solenidade associada, aprovada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 92,64€ (noventa e dois euros e sessenta e quatro cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



**Nº 29 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias,** na sequência de uma informação da Subunidade Orgânica de Bibliotecas, datada de 15 de janeiro de 2014, remete para aprovação, a isenção do pagamento de taxas, pela utilização da sala polivalente da Biblioteca Municipal António Botto, no dia 15 de janeiro de 2014, por parte do Centro de Saúde de Abrantes, no âmbito da realização de uma reunião de serviço com todos os funcionários da UCSP de Abrantes. - 151627

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 59,67€ (cinquenta e nove euros e sessenta e sete cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



**Nº 30 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão,** respeitante a uma informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivos, datada de 07 de janeiro de 2014, acerca do pedido da arrendatária municipal, Elvira Manuela Marques Barata Fernandes, residente na Urbanização Vale de Rãs, Bloco A4 1º Dto., que solicita permuta para outra habitação municipal que ficou vaga há cerca de 1 mês, sita na Rua Diogo Oleiro, nº 134 1º Dto. (ex-Fundação Salazar), ambas em Abrantes, em virtude da habitação que ocupa de tipologia T2, ser exígua para a dimensão do agregado familiar, constituído por 4 adultos (casal e 2 filhos adultos), e a habitação da Fundação Salazar ser de tipologia T3. - 136659

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o pedido de permuta solicitado, bem como o pagamento da renda mensal de 12,33€ (doze euros e trinta e três cêntimos), nos termos da referida informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivos.

À Divisão de Educação e Ação Social para os devidos efeitos.



**Nº 31 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão,** respeitante a uma informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivos, datada de 15 de janeiro de 2014, que remete para aprovação,

21  
C

propostas referentes ao realojamento de 4 agregados familiares em habitação municipal, assim como, os valores das rendas a vigorar no mês de março de 2014. – 154089

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovadas as referidas propostas de realojamento em habitação municipal, de quatro agregados familiares, bem como, os valores das rendas a vigorar a partir do mês de março de 2014, nos termos e com os fundamentos da citada informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 32 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão,** respeitante a uma informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivos, datada de 14 de janeiro de 2014, que remete para aprovação, proposta de atualização das rendas municipais para 2014. – 142432

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a atualização dos valores das rendas para o ano de 2014, a vigorar a partir do mês de março, nos termos da referida informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivos.

À Divisão de Educação e Ação Social para os devidos efeitos.



**Nº 33 – Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão,** remetendo para aprovação, minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação Juvenil de Bicas, com vista à cedência precária de instalações do Município, sitas em Bicas, São Miguel do Rio Torto, designadamente, as instalações do Jardim de Infância de Bicas, para uso da mesma e em benefício da população. – 144773

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



**Nº 34 – Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão,** remetendo para aprovação, minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Bicas, com vista à cedência precária de instalações do Município, sitas em Bicas, São Miguel do Rio Torto, designadamente, as instalações da Escola Básica de Bicas, para uso da mesma e em benefício da população. – 144773

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Al  
C

**Nº 35 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão**, remetendo para aprovação, minuta do protocolo de cooperação da Rede Especializada de Intervenção na Violência em Abrantes, (protocolo assinado em 2011 e o agora revisto), com vista à integração na rede de mais dois parceiros, designadamente, da DGRSP - Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e o Núcleo de Abrantes da Ordem de Advogados. - 154571

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a referida minuta de protocolo de cooperação, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



**Nº 36 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão**, remetendo para aprovação, proposta para composição do Conselho Municipal de Educação para o quadriénio 2013-2017. - 154633

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada e remeter à Assembleia Municipal, para aprovação.



**Nº 37 - Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão**, apresentou uma informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivos, datada de 10 de janeiro de 2014, a dar conta que, no dia 10 de janeiro de 2014, foi cedido transporte à Associação Vidas Cruzadas, para levar duas camas do Centro de Saúde do Tramagal, uma para a Rua do Mercado n.º 216 na localidade do Tramagal, e outra para a Rua 9 de julho n.º 10 na localidade de Vale das Mós, no âmbito do Protocolo do CRAT - Centro de Recursos de Ajudas Técnicas. - 145673

**Tomado conhecimento.**



**Nº 38 - Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão**, apresentou uma informação da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivos, datada de 17 de janeiro de 2014, a dar conta da atividade desenvolvida "Abrindo Caminho Para a Igualdade", através da estadia da "Carrinha da Igualdade" no passado dia 16 de janeiro em Abrantes. - 154689

**Tomado conhecimento.**

Q1  
C

## **DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO**

### **Unidade Orgânica de 3º grau de Projetos e Empreitadas**

**Nº 39 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 7 de janeiro de 2014, que não aprovou a proposta de reajustamento da fórmula de revisão de preços apresentado pela firma Contec – Construções e Engenharia, S.A., adjudicatária da empreitada de “Requalificação da Estrada entre Bemposta e Vale das Mós”, decidindo manter a fórmula prevista em caderno de encargos.

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificado o referido despacho da Presidente da Câmara.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 40 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 15 de janeiro de 2014, que aprovou a aceitação dos documentos relativos ao Diretor de Obra da Empreitada de “Requalificação da Estrada entre Bemposta e Vale das Mós”, nos termos da informação nº 11 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 14 de janeiro de 2014.

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificado o referido despacho da Presidente da Câmara.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 41 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 261 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 30 de dezembro de 2013, acerca da vistoria efetuada à empreitada de “Alterações ao Centro Escolar de Tramagal – Abrantes”, para efeitos de receção provisória.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo proceder-se à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro.

*Ata da reunião de 28 de janeiro de 2014*

Al  
C

**Nº 42 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 262 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 30 de dezembro de 2013, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Requalificação do Largo do Cruzeiro no Pego - Abrantes", para efeitos de receção provisória.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo proceder-se à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro.



**Nº 43 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 13 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 15 de janeiro de 2014, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Requalificação e Pavimentação de Arruamentos em Abrantes", para efeitos de receção provisória.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo proceder-se à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro.



**Nº 44 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 14 da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 15 de janeiro de 2014, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Sinalização Rodoviária – Abrantes", adjudicada à S.N.S.V. – Sociedade Nacional de Sinalização Vertical, S.A., para efeitos de receção definitiva.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



**Nº 45 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 15 da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 15 de janeiro de 2014, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Sinalização Turística e Rodoviária – Abrantes", adjudicada à S.N.S.V. – Sociedade Nacional de Sinalização Vertical, S.A., para efeitos de receção definitiva.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

Pl  
Gt

**Nº 46 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** remetendo a informação nº 10 da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 14 de janeiro de 2014, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Requalificação da Escola Básica 2,3 D. Miguel de Almeida – Abrantes", com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória Parcial relativa à 1ª Fase da referida empreitada, cujo montante dos trabalhos importou em 1.330.586,96 €, ocorreu em 05-11-2010, que corresponde a um tempo decorrido de 3 anos completos e tendo em conta que foi já liberada 60% relativa aos 1º e 2º Anos, conforme deliberações de CMA de 05.11.2012 e 21.12.2012 respetivamente, poderá ser liberada agora mais 15% (19.958,80€) da caução da empreitada, correspondendo às seguintes garantias bancárias:

- Nº 2540.001058.693 da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., no montante de 17.181,64€;
- E, a redução da garantia autónoma nº 201202343 da GARVAL, no montante de 2.777,16€.

Após esta redução a referida garantia ficará com um valor residual de 4.961,37 €.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 10 da UOPE – Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 14 de janeiro de 2014.



**Nº 47 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** remetendo a informação nº 17 da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 20 de janeiro de 2014, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "CIIDE – Centro de Inovação, Incubação e Desenvolvimento de Empresas", adjudicada à sociedade de Construções José Coutinho, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto.

Constatou-se, naquela vistoria, que os trabalhos que constituem a obra em questão não se encontram em condições de serem aceites pelo dono da obra, uma vez que apresentam anomalias que carecem de resolução por parte do adjudicatário da obra em causa, pelo que não deverá proceder-se à liberação da caução nos termos do citado diploma.

**Deliberação:** Por unanimidade, indeferida a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 17 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, podendo a pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais.

**Nº 48 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** remetendo a informação nº 18 da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 20 de janeiro de 2014, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Requalificação e Ampliação da Escola E.B.1 Nº 1 de Tramagal para Centro Escolar", adjudicada à sociedade de Construções José Coutinho, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto.

Constatou-se, naquela vistoria, que os trabalhos que constituem a obra em questão não se encontram em condições de serem aceites pelo dono da obra, uma vez que apresentam anomalias que carecem de resolução por parte do adjudicatário da obra em causa, pelo que não deverá proceder-se à liberação da caução nos termos do citado diploma.

**Deliberação:** Por unanimidade, indeferida a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 18 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, podendo a pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais.



**Nº 49 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** remetendo a informação nº 19 da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 20 de janeiro de 2014, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Aquapolis – Margem Sul – 2ª Fase – Parque Ribeirinho de Abrantes", adjudicada à sociedade de Construções José Coutinho, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto.

Constatou-se, naquela vistoria, que os trabalhos que constituem a obra em questão não se encontram em condições de serem aceites pelo dono da obra, uma vez que apresentam anomalias que carecem de resolução por parte do adjudicatário da obra em causa, pelo que não deverá proceder-se à liberação da caução nos termos do citado diploma.

**Deliberação:** Por unanimidade, indeferida a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 19 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, podendo a pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais.



**Nº 50 – Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 20 da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 20 de janeiro de 2014, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Reconstrução de Muro sem Preservação das Características Construtivas na Avenida do Paiol - Abrantes", adjudicada à sociedade de Construções José Coutinho, S.A., com vista à liberação

*Al*  
*CS*

faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 09.06.2011, que corresponde a um tempo decorrido de 2 anos completos, poderá ser liberada 30% dos valores retidos para o efeito, no montante de 3.338,84€.

Após esta restituição, o valor do depósito passará a ser de 4.451,78 €.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 20 da Unidade Orgânica de 3º grau de Projetos e Empreitadas.



**Nº 51 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** remetendo o ofício da sociedade Rui Prata Ribeiro, Lda., datado de 22 de janeiro de 2014, relativo à composição da equipa de fiscalização e coordenação de segurança em obra da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes" e ao Plano de Segurança e Saúde da mesma empreitada, referindo que este se encontra validado para a fase de obra e em condições de ser aprovado pelo Dono da Obra, de acordo com o Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro. - 155074

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a composição da equipa de fiscalização e coordenação de segurança em obra e o Plano de Segurança e Saúde da empreitada de "Alterações ao Mercado Municipal de Abrantes", de acordo com a informação prestada pela sociedade Rui Prata Ribeiro, Lda.



## **Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística**

**Nº 52 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes,** referente a uma informação da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 6 de janeiro de 2014, acerca da proposta de alteração à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Abrantes, a ser submetida a aprovação da CCDRLVT - Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, com o propósito de possibilitar a execução do projeto de modernização da Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes, em Abrantes, na sua totalidade. - 152275

**Deliberação:** Por unanimidade, remeter à CCDR.LVT – Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos do nº 2 do Artigo 16º-A do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, na sua atual redação, a proposta de alteração simplificada de delimitação da REN, de modo a possibilitar a execução do projeto de modernização da Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes na sua totalidade, de acordo com a referida informação da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

*Ata da reunião de 28 de janeiro de 2014*



Q1  
OK

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 53 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes**, referente à informação nº 001/2014-CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 9 de janeiro de 2014, acerca do pedido de informação prévia sobre a viabilidade de alteração de construções existentes e edificação de novos edifícios, para instalação de espaço comercial, serviços e armazenagem, incluindo arranjo urbanístico, sito na Avenida D. João I, em Alferrarede, Abrantes, requerido por Knickmeier, Investimentos Imobiliários, Lda. - 140349

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o pedido de informação prévia com vista à alteração de construções existentes e edificação de novos edifícios, para instalação de unidade comercial, serviços e armazenagem, incluindo arranjo urbanístico, nos termos sugeridos na referida técnica nº 001/2014-CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Nos termos do nº 2 do Artigo 16º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, comunicar à entidade titular do processo o parecer emitido por entidade exterior ao município ("Estradas de Portugal, SA").

Transmitir igualmente, o teor das informações internas (Informação 001/2014.CL e Informação UOPE nº 254), como recomendações para o (eventual) procedimento subsequente. De acordo com o nº 3 do mesmo artigo, informar que, de acordo com as normas presentemente em vigor, será o procedimento de "Licença" o adequado controlo prévio a que se encontra sujeita a realização da operação urbanística.

Informar também que o licenciamento ficará condicionado à apresentação de Projeto Viário, elaborado de acordo com as normas técnicas e regulamentares em vigor e em função dos volume/contagens de tráfego incidente na zona, contemplando as alterações a introduzir na Avenida D. João I e a ligação entre esta e a Avenida D. Manuel I (EN2), devendo esta última ser alvo de cedência para o domínio público municipal. A rotunda alongada deverá cumprir com as orientações da Informação da UOPE nº 254, resultando evidente que os seus ramos respeitantes à Av. D. João I deverão apresentar eixos centrados de aproximação à mesma.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



**Nº 54 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes**, referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 04 de setembro de 2013, acerca do licenciamento de obras de alterações de habitação unifamiliar, na rua 5 de outubro, em Alvega, Abrantes, requerido por João José Batista Amora. - 178/10

**Deliberação:** Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

Q1  
C

- Declarar a caducidade da licença referente a obras de alterações de habitação unifamiliar, nos termos do nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2007, conjugado com a alínea a) do nº 3 do mesmo artigo.

Informar o titular do processo que poderá, caso pretenda, instruir procedimento de renovação de licença, nos termos do artigo 72º do mesmo Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, em processo autónomo e sujeitando-se às normas técnicas e regulamentares que, entretanto, hajam sido atualizadas.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



**Nº 55 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 168/11 EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 17 de dezembro de 2013, referindo que em sede de audiência prévia, através de e-mail datado de 15 de novembro de 2013, a firma Diorama – Gestão & Participação, S.A., solicita que seja sustida a declaração de caducidade de licença, conforme deliberação de câmara de 5 de novembro de 2013, e que lhe seja concedida nova prorrogação do prazo, por mais um ano, para requerer a emissão do alvará de licença relativo à obra de remodelação e ampliação de edifício existente, destinado a Pousada – Centro de Apoio Social-Lar de Idosos, em Coelheira, Tramagal, Abrantes. – 110/07

**Deliberação:** Por unanimidade, tendo em conta que o pedido agora efetuado encontra-se manifestamente desprovido de enquadramento legal e que no prosseguimento do presente licenciamento, foram esgotadas todas as hipóteses para que a promotora requeresse a emissão do competente alvará de licença e procedesse ao pagamento das taxas de licenciamento, a Câmara Municipal delibera tornar definitiva a deliberação tomada na reunião de 05 de novembro de 2013.

Deverá igualmente ser transmitido à titular do processo, que a mesma poderá instruir procedimento de renovação da licença, nos termos do artigo 72º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em processo autónomo e sujeitando-se às normas técnicas e regulamentares que estejam então em vigor.

É dispensada a audiência da interessada nos termos da alínea a) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



**Nº 56 – Para conhecimento, o vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** na sequência de informação, do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, datada de 22 de janeiro de 2014, acerca da transferência da Farmácia Torres da Rua Dr. Manuel Rodrigues, nº 35, em Bemposta, para a Avenida António Farinha Pereira, nº 21, em

21  
C

Alferrarede – Abrantes, apresentou um texto de esclarecimento à deliberação de câmara tomada na reunião de 27.12.2013, com o seguinte teor: - 149146

"Tendo em conta as diversas informações do processo, designadamente a informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, datada de 22 de janeiro de 2014, e esclarecimentos do Infarmed, a Câmara Municipal clarifica o teor da deliberação de 27.12.2013. Assim:

Não decorrendo do nº 3 do artigo 26.º do Decreto -Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 26/2011, de 16 de junho, nem de outra norma de competência, que CMA emite o seu parecer nos estritos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 26.º deste Decreto -Lei, ( não obstante ser essa a indicação do Infarmed numa parte do seu parecer), exigindo a lei que se emita parecer, o mesmo é feito quanto aos domínios de atribuições próprias da Autarquia, com interesse para a decisão concreta, e solicitada.

Assim:

a) Quanto à viabilidade proporcionada pelos instrumentos de gestão territorial no que se refere à localização pretendida da farmácia, reitera-se a posição da deliberação de 27/12/2013, onde se emitiu parecer favorável, quanto à compatibilidade da instalação pretendida com o instrumento de gestão territorial eficaz para o local (Plano de Urbanização de Abrantes) e considerando o cumprimento das distâncias mínimas consignadas nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 20º da Portaria nº 352/2012, de 30 de outubro.

b) Quanto ao nº 2 do artigo 26, do Decreto -Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto:

b).1 Sobre a o trecho da alínea a) – " a viabilidade económica da farmácia, cuja localização o proprietário pretenda transferir"- a Câmara Municipal não se pronuncie, pois a letra da lei não o exige, nem se conhecem normas de competência genérica dos órgãos municipais que confirmam a competência de a Câmara municipal emitir parecer sobre viabilidade económica de determinada empresa, para decisão de outra entidade, e para mais no caso, sem dados económicos.

b).2 Sobre o critério –" necessidade de salvaguardar a acessibilidade das populações aos medicamentos, a sua comodidade" – considerando as competências já referidas conferidas pela Lei 75/2013 de 12/9, salvaguardando o princípio da subsidiariedade, em face da competência do órgão especializado de apreciação (Infarmed), e sem a invadir quanto à apreciação dos critérios exigidos por lei, considera a CMA que o facto do fecho da farmácia indicia a introdução de fator com impacto no acesso das populações servidas aos medicamentos, pelo menos quanto a alguns aspetos: - Constata-se a distância de mais 12 Km até à mais próxima farmácia. - Constata-se a intenção de a Farmácia Torres manter o apoio domiciliário diário quer na distribuição de medicamentos quer nos esclarecimentos adequados junto da população.- A assunção de responsabilidade, (de que não se duvida) anota-se, é desta Farmácia. - Mas não se conhecem medidas quanto à prestação de tal serviço em termos de disponibilidade,

Ata da reunião de 28 de janeiro de 2014

01  
C

resposta efetiva, obrigatória, atempada nos tempos de procura similares aos do horário atual da farmácia. Considerando estes dados, a apreciação da CMA, é negativa, tal como o deixou expresso na última parte da ata de 27/12/2013, quanto às vertentes da salvaguarda da "acessibilidade das populações aos medicamentos, e a sua comodidade", designadamente das da proveniência da farmácia, tendo em conta a defesa dos interesses das populações servidas.

Idêntica apreciação se faz quanto à "melhoria ou aumento dos serviços de farmacêuticos de promoção de saúde e do bem-estar dos utentes", no que concerne às populações da proveniência. Quanto à população de destino, esta terá mais uma farmácia, às distâncias já referenciadas no parecer da DOGU, não comparável com a distância a que se deixa a população de Bemposta sem farmácia aberta no horário similar ao atual.

Neste aspeto b.2, não podemos deixar de ter em conta as preocupações da Assembleia de Freguesia de Bemposta, a quem também compete deliberar em matéria de proteção da comunidade, e pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos com interesse para a freguesia, que deliberou "repudiar a pretensão de deslocalização" da farmácia.

É este o parecer, que se propõe à consideração do Infarmed, que no aspeto parcelar das razões de ordenamento do território não tem a opor à transferência, mas que quanto à defesa dos interesses das populações servidas atualmente pela farmácia se expressa negativo, por não estarem evidenciadas medidas que cabalmente salvaguardem a "acessibilidade das populações aos medicamentos, e a sua comodidade", e a "melhoria ou aumento dos serviços de farmacêuticos de promoção de saúde e do bem-estar dos utentes".

### **Tomado conhecimento**

A vereadora Ricardina Lourenço fez algumas referências à deliberação de 27.12.2013, por entender que o conteúdo deliberativo proposto na ordem de trabalhos, não é coincidente com o texto final da deliberação, que constou na ata da referida reunião, tendo sido devidamente esclarecida pela Presidente da Câmara.

A Presidente da Câmara reforçou também que o parecer da Câmara Municipal não é negativo, na medida em que diz respeito somente aos instrumentos de gestão territorial e à distância entre farmácias, no que se refere à localização pretendida da farmácia. O parecer da câmara deve referir-se apenas ao nº 3 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto. Quanto ao nº 2 do mesmo artigo 26º, não compete à Câmara Municipal pronunciar-se, como aliás foi informado pela ARSLVT. Contudo, é facto que a Câmara Municipal lamenta a transferência.

A vereadora Ricardina Lourenço disse que a CDU entende que a Câmara Municipal tem o dever de salvaguardar e defender o interesse dos seus munícipes e, quando necessário, opor-se, na devida forma, a situações que são prejudiciais aos Interesses dos munícipes.

A Presidente da Câmara concordou e referiu que é isso que está a ser feito e que sempre o fizeram, no entanto a Câmara Municipal também tem as suas obrigações.

21  
C

A vereadora Elza Vitório apresentou a seguinte declaração de voto:

*"O meu voto de abstenção na reunião de Câmara de 27/12/2013, foi justificado com o exíguo texto apresentado, na ordem de trabalhos, que não me permitiu um cabal esclarecimento das razões apresentadas pela farmácia para sair de Bemposta. Na reunião de Câmara de 28/01/2014 o texto apresentado é diferente, uma vez que é esclarecedor e fundamenta bem o parecer da Câmara. Porém, este ponto não foi submetido à votação, apesar de ter sido apresentado como proposta de deliberação. Assim sendo, a Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata deixa explícito o seu sentido de voto, se tal tivesse sido possível, ou seja votaria contra a transferência da farmácia para Abrantes, tendo em conta a população da Freguesia, pelo incómodo e prejuízo que a referida transferência iria originar."*



**Nº 57 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente à informação nº 032 RC-FM da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 20 de março de 2013, referente ao licenciamento de construção de moradia e muros de vedação (obra não iniciada), na Rua dos Pescadores, lote nº 2 – Bairro Fundeiro, freguesia de Aldeia do Mato, Abrantes, requerido por João Manuel Caseiro Gomes. – 540/10

O Vereador João Gomes não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do artigo 55º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

**Deliberação:** Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da admissão de comunicação prévia, nos termos do nº 5 do Artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, conjugada com a alínea a) do nº 3 do mesmo artigo.

Informar o titular do processo que poderá instruir (caso venha a pretender), novo procedimento de comunicação prévia, nos termos do artigo 72º do mesmo diploma, em processo autónomo e sujeitando-se às normas técnicas e regulamentares que estejam, então, em vigor.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.



**Nº 58** - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

Q1  
C

## **Divisão de Manutenção, Transportes**

**Nº 59 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, na sequência do ofício nº 117/13 da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Abrantes, datado de 28 de outubro de 2013, a solicitar a cedência de algumas peças do motor de uma viatura em estado inoperacional, sita nos estaleiros do Município, designadamente, cabeça do motor e bloco armado, para que possam ser instalados na ambulância de transporte múltiplo, cedida por esta autarquia através de protocolo de comodato, para que a mesma possa reiniciar o serviço de transporte de doentes. – 143673

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a cedência das peças solicitadas, para a ambulância da Cruz Vermelha.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 60 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, na sequência da informação nº 117 da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 16 de dezembro de 2013, acerca do pedido de isenção de transporte em autocarro do Rancho Folclórico de Casais de Revelhos, na deslocação realizada a Pombal, para gravação de um CD. – 128724

**Deliberação:** Por unanimidade, atendendo à especificidade do evento e mantendo o mesmo princípio para situações similares, aprovar a isenção do pagamento das respetivas taxas, neste caso concreto e autorizar a anulação da fatura emitida em nome do Rancho Folclórico de Casais de Revelhos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



## **Divisão de Serviços Urbanos**

**Nº 61 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente a uma informação da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 16 de janeiro de 2014, referindo que na sequência da reunião realizada entre os três municípios afetos ao canil/gatil intermunicipal, designadamente, Abrantes, Constância e Sardoal, remete para aprovação, proposta de atribuição de subsídio à ADACA, para o ano de 2014 (cf. nº6 da cláusula 4ª do protocolo), sugerindo o montante de 4.200,00€ (quatro mil e duzentos euros) por Município, à semelhança do ano transato. – 77265

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a atribuição de subsídio à ADACA, no montante de 4.200,00€ (quatro mil e duzentos euros), de acordo com a referida informação da Divisão de Serviços Urbanos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

el  
C

## **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES**

**Nº 62 - Proposta de Deliberação do Vereador e Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes, Manuel Valamatos,** que remete para aprovação, a seguinte Deliberação: por unanimidade, - 154970

*"Considerando o disposto no nº 2 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, proponho que ao abrigo do artigo 29º do referido diploma, a Câmara Municipal delegue no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes (SMA) competência para proceder à realização de obras por administração direta até ao montante de 1.000.000€ (um milhão de euros)."*

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



**Nº 63 - Proposta de Deliberação do Vereador e Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes, Manuel Valamatos,** que remete para aprovação, a seguinte Deliberação: por unanimidade, - 154972

*"Considerando que:*

- a) O Conselho de Administração dos SMA só tem competência para autorizar despesas até ao montante de 149.639,37€, nos termos do disposto do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho;*
- b) Os SMA pretendem iniciar os procedimentos para a realização da empreitada do "Traçado do Sistema Adutor entre o nó 13 (existente) e o Açude - nó 20", que se estima em 480.000,00€;*
- c) A referida empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos do quadriénio 2014-2017, aprovado pela Câmara Municipal em 19-11-2013 e pela Assembleia Municipal em 29-11-2013;*

*Proponho que a Câmara Municipal ao abrigo do artigo 29º do referido diploma, delegue no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Abrantes a competência que detém nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 18º do mesmo diploma, concedendo-lhe os poderes para autorizar a despesa e demais procedimentos administrativos, relativos à empreitada do "Traçado Sistema Adutor entre o nó 13 (existente) e o Açude - nó 20."*

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.

**Nº 64 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, na sequência de um ofício dos Serviços Municipalizados de Abrantes, datado de 17 de janeiro de 2014, que remete para aprovação, proposta de autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos (Lei nº 8/2012 de 21/2), para o ano de 2014. - 154975

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a referida proposta de autorização prévia a remeter à Assembleia Municipal para aprovação.



### **Encerramento da Reunião**

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas onze horas e dezoito minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que fica aprovada em minuta.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina

**A PRESIDENTE DA CÂMARA**

**A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO**



71  
C

**Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 28/01/2014**

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG15098/2012:88331	10/09/2012	502526440	Centro de Solidariedade Social Freguesia do Souto / Rua da Casa do Povo - Souto - União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Alteração de Lar de Idosos / Rua da Casa do Povo - Souto - União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Despacho	03/01/2014	Aprovado projeto de arquitetura para licenciamento de alteração de edificação existente destinada a lar de idosos sita na Rua da Casa do Povo, Souto, Abrantes, devendo ser apresentados os projetos de especialidades referidos no ponto 5.g) da inf.01/2014 DP, conforme disposto no ponto 4 do art.20º do D.L. nº 555/99, de 16/12, na atual redação.
PG17731/2013:148503	03/12/2013	110995791	Júlia Antónia Vicente Barroso das Neves Amarel / Av do Paol n.º 492 - 3.º dto - Abrantes - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Demolição de edifício / Rua do Comércio - União das Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	03/01/2014	Deferida licença de demolição, nos termos sugeridos pela DOGU.
PG8306/2013:122079	23/05/2013	224820133	Nuno Miguel Catroga Vicêncio / Rua do Santo Condestável, Lote B18 - 2.º Esq - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Ampliação e alteração de edifícios de estufa / Selo - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	07/01/2014	Indeferido pedido, nos termos da informação técnica, devendo formular-se o indispensável período de audiência prévia escrita, nos moldes do CPA. Como suporte desse sentido de decisão, deverá igualmente dar-se conhecimento do teor da decisão da CCDR. LVT.
PG17407/2013:147520	26/11/2013	176490612	Pedro Miguel Aires Januário / Rua Bobela da Mota Lote 63 r/c dto - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Construção de muro de vedação / Fojo - não das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	07/01/2014	Deferida licença, nos termos e com o enquadramento técnico sugeridos pela Srª Chete da DOGU, consubstanciando esse deferimento a aprovação do projeto.

21  
Cet

PG2151/2011:13647	03/03/2011	213382970	Vitor Manuel Lopes Apura / Rua Linha do Leste, n.º 242 - Cabrito - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Ampliação de habitação e legalização anexo / Rua Linha do Leste, n.º 242 - Cabrito - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	08/01/2014	Deferido pedido de autorização de utilização, nos termos propostos pela DOGU.
PG18859/2013:151546	26/12/2013	185634125	Angelina Manuela de Matos Aparício Rodrigues / Praça Dr. Manuel Esparteiro - Casal da Igreja - Mouriscas	Construção de moradia unifamiliar / Outeiro do Gaio - Mouriscas	Despacho	10/01/2014	Rejeitado liminarmente o pedido nos termos do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na actual redação, promovendo-se o indispensável período de audiência prévia. Deverá ser comunicado o suporte desta decisão, baseado na análise técnica efetuada e nos factos expostos pela Srª Chefe da DOGU.
PG11023/2013:130444	15/07/2013	503213322	Futrimetal - Indústria e Comércio de Produtos Metálicos, S.A. / Rua Comendador Eduardo Duarte Ferreira, 162 - Tramagal	Reconstrução de edifício / Rua Comendador Eduardo Duarte Ferreira, 162 - Tramagal	Despacho	15/01/2014	Aprovação do projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. No seguimento dessa decisão, solicito a análise dos projetos de especialidades constantes do processo.
PG3504/2013:110550	28/02/2013	506468097	Jorge Loureiro - Proj. Engenharia Arquitectura, Lda / Rua Cidade de Parthenay, Bloco H, n.º 265, Loja 9 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Construção de edifício destinado a comércio/serviços / Quinta dos Telheiros, lote 69 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	21/01/2014	Admitida Comunicação Prévia prevista na alínea c) do n.º 4 do Artigo 4º do RJUE.

# MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 24/01/2014

## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2014/01/28

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	tipo	Número			Número	Tip	Data
04.01	06000169	2006/03/06	RJE	00002980	2006/10/09	JOAQUIM MARTINHO PIRES RUA PRINCIPAL, 916 FOZ	14000006	DES	2014/01/20
2013/12/23: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.							F E O R		
04.04	08000324	2008/06/18	LICOR	08001811	2008/06/18	RAMIRO LOPES TAPADA RUA PRINCIPAL N° 931 cm00014961	14000001	DES	2014/01/06
2013/12/23: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.							F E O R		
06.03	10000121	2010/03/24	RJE	10000488	2010/03/25	ABÍLIO ROSA PEREIRA PRACETA DO CANA VERDE, LOTE 23-A 1° ESQ°-ALFERREDE cm00010986	14000004	DES	2014/01/07
23.12.2013: Considerando sanadas as desconformidades anteriormente detectadas e no uso das competências que me foram sub-delegadas defiro o pedido de Autorização de Utilização.							F E O R		

\*\*\* processado por computador \*\*\*  
\*\*\* sistemas informjg \*\*\*